



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



241) Sobre as Forças Armadas, é correto afirmar que:

- a) ao militar é proibida a greve, mas não a sindicalização.
- b) enquanto no serviço ativo, o militar pode estar filiado a partido político desde que não ocupe cargo de direção.
- c) o militar, em atividade, que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, será transferido para a reserva, nos termos da lei.
- d) em tempo de guerra, os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório.

RESPOSTA: C

242) O Habeas Data:

- a) é da competência originária do Supremo Tribunal Federal, quando impetrado contra ato de Ministro de Estado.
- b) será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, ou de membros do Congresso Nacional, constantes dos registros de entidades governamentais.
- c) será concedido para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- d) é da competência originária do Superior Tribunal de Justiça, quando impetrado contra ato do Tribunal de Contas da União.

RESPOSTA: C

243) Sobre o Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- b) um quinto dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Superior Tribunal de Justiça, será composto por membros do Ministério Público, com mais de dez anos na carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- d) os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, nove juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre os brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.

RESPOSTA: A

244) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,

- a) nas infrações penais comuns, os Governadores dos Estados e os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.
- b) as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) o mandado de segurança impetrado contra ato do Superior Tribunal de Justiça.
- d) os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre deste e as da União.

RESPOSTA: B

245) Ao disciplinar o direito de nacionalidade a Constituição Federal:

- a) vedou o estabelecimento, por lei, de distinção entre brasileiro nato ou naturalizado.
- b) permitiu a extradição de brasileiros natos e naturalizados.
- c) autorizou o provimento de cargo de carreira diplomática por brasileiros natos e naturalizados.
- d) reservou a propriedade de empresas jornalísticas apenas aos brasileiros natos.

RESPOSTA: A.

246) Na Federação brasileira não integra a autonomia do município, a competência para

- a) fixar a remuneração dos vereadores.
- b) criar autarquias pertencentes à administração indireta.
- c) produzir leis complementares.
- d) criar Tribunais de Contas.

RESPOSTA: D

247) O controle externo do município será exercido

- a) pelo Ministério Público Estadual.
- b) por uma comissão especial de investigação.
- c) pelo Poder Legislativo Municipal.
- d) pelo Poder Judiciário.

RESPOSTA: C

248) Compete privativamente à União legislar sobre

- a) desapropriação
- b) juntas comerciais
- c) custas dos serviços forenses
- d) produção e consumo

RESPOSTA: A

249) A União não intervirá nos estados nem no Distrito Federal, exceto para

- a) promover a execução de lei estadual, ordem ou decisão judicial.
- b) assegurar a observância do princípio constitucional da autonomia municipal.
- c) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, mesmos nos casos de força maior.
- d) não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

RESPOSTA: B

250) São requisitos para aquisição de estabilidade de servidor publico:

- a) aprovação em concurso público, cumprimento de estágio probatório de dois anos, avaliação de desempenho.
- b) nomeação em cargo público, cumprimento de estágio probatório de três anos, avaliação de desempenho.
- c) aprovação em concurso público, cumprimento de estágio probatório de três anos, avaliação de desempenho.
- d) nomeação em cargo público, cumprimento de estágio probatório de dois anos, avaliação de desempenho.

RESPOSTA: C